

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE**

**LEVANTAMENTO CENSITÁRIO E A CARACTERIZAÇÃO
SÓCIO-ECONÔMICA DA POPULAÇÃO MORADORA DE RUA
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

2000

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Assistência Social – SAS, realizou, mediante contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, o levantamento censitário e a caracterização sócio-econômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo. As duas pesquisas definiram como moradores de rua¹o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais.

Como decorrência da definição, o trabalho de campo foi sempre realizado no período noturno, por uma equipe de entrevistadores e supervisores treinados especialmente para realização dos dois levantamentos.

O censo dos moradores de rua constituiu a primeira etapa do trabalho, realizada no mês de fevereiro de 2000. Foram recenseadas 5.013 pessoas em logradouros e 3.693 em albergues, totalizando um universo de 8.706 moradores de rua. Além de dimensionar essa população, o censo levantou informações sobre as mais importantes variáveis demográficas: cor, gênero, idade; foi obtida, para toda a população, o tempo de permanência na rua.

Em uma segunda etapa, foi realizada a caracterização sócio-econômica dos moradores de rua da cidade de São Paulo, realizada em junho próximo passado. A obtenção dos dados desta fase foi feita através de amostragem, definida e planejada a partir das informações fornecidas pelo censo realizado pela FIPE.

Os temas pesquisados no levantamento sócio econômico podem ser agrupados em cinco grandes itens. O primeiro diz respeito à trajetória pessoal que os entrevistados seguiram até se tornarem moradores de rua, incluindo-se aí, novamente, a

¹ Revista Pólis, n° 7, 1992.

estimativa do tempo em que se encontram nessa condição; procurou-se, também, identificar os vínculos familiares que mantinham antes de chegarem à rua.

O segundo tema se refere às soluções que os moradores de rua, particularmente aqueles que pernoitam nos logradouros da cidade, encontram para satisfazer suas necessidades diárias: alimentação, higiene e saúde; também foram obtidas informações sobre eventuais agressões físicas e verbais sofridas no seu cotidiano. A realização do trabalho de campo no período noturno permitiu observar os materiais usados como abrigo noturno, particularmente importantes nos períodos de frio.

Renda e trabalho foram aspectos julgados indispensáveis ao levantamento. As formas de obtenção de rendimentos monetários, a natureza das atividades e a frequência com que as exercem, constituíram-se no terceiro tema da pesquisa. Obteve-se, também, a qualificação profissional e ocupações pregressas dos moradores de rua e foram identificados aqueles que realizaram, ou estão realizando, cursos de capacitação profissional.

Alguns serviços oferecidos a essa população, pela Secretaria de Assistência Social – SAS, como albergues, casas de convivência, casas de estar e o plantão de atendimento das regionais foram avaliados pelos moradores de rua. Este quarto tema atendeu demanda formulada explicitamente por SAS.

Finalmente, mas não menos importante, formulou-se um conjunto de quesitos para caracterização da população: origem, idade, sexo, cor, escolaridade e posse de documentação.

Questões relevantes não foram contempladas, especialmente sobre as condições das crianças e adolescentes que vivem nas ruas. A ausência foi motivada pelo entendimento de que as especificidades dessa questão exigem tratamento, metodologia e planejamento passíveis de serem realizados apenas mediante estudo desenhado especificamente para ela. O mesmo argumento aplica-se à inexistência de itens sobre saúde mental e deficiência física.

Tanto o censo quanto o levantamento das características da população moradora de rua na cidade de São Paulo tiveram como finalidade obter subsídios para a formulação das políticas sociais da Secretaria da Assistência Social da prefeitura paulistana.

2. NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA

A amostra dos moradores de rua foi desenhada a partir das informações disponibilizadas pelo censo, notadamente no que se refere à distribuição espacial dessa população na cidade de São Paulo. A hipótese quanto a possíveis diferenças das características sócio-econômicas entre os que pernoitam nos logradouros da cidade e os que se encontram em albergues levou à definição de duas amostras independentes. As amostras, ambas aleatórias, seguiram procedimentos metodológicos distintos, adequados às particularidades esperadas dessas subpopulações.

Para a população albergada, mais conhecida e já estudada em trabalhos anteriores² extraiu-se uma amostra de aproximadamente 100 moradores. Com base nos dados do Censo foram sorteados sete albergues, com probabilidade de seleção proporcional ao número de moradores lá encontrados. A tabela 1 apresenta os albergues sorteados, onde foram realizadas 119 entrevistas, em junho do corrente ano.

² - Ver entre outros: “Contagens” de 1998, 1996, realizados pela SAS e “População de Rua – Quem é, Como vive e Como é vista” – organizado por M.A.C. Vieira, E.M.R. Bezerra, C.M.M. Rosa. São Paulo, HUCITEC, 1992.

TABELA 1
ALBERGUES SORTEADOS

DISTRITO	ALBERGUE	Nº DE MORADORES RECENSEADOS
Mooca	Associação Internacional para o Desenvolvimento – ASSINDES – SP	1000
Liberdade	Nosso Lar I – Albergue do Glicério	486
Brás	Da Alegria, 233	409
Santo Amaro	Albergue Washington Luiz	122
Penha	Albergue Penha de França	53
Pinheiros	Lar do Alvorecer Cristão – Centro de Convivência Pinheiros	55
Santana	Abrigo Mãe dos Mais Pobres	13
TOTAL		2138

A amostra da população que pernoita nos logradouros da cidade foi definida para os 26 distritos da cidade de São Paulo que abrigam, segundo dados do Censo realizado pela FIPE, aproximadamente 85% da população de rua adulta com idade superior a 17 anos. A distribuição da população encontrada nos logradouros da cidade, por distrito, é apresentada na Tabela 3 do Relatório Executivo do levantamento censitário.

Os 26 distritos foram estratificados segundo critérios de proximidade geográfica, levando-se em conta, também, o tempo mediano na rua observado no levantamento censitário. A estratificação é apresentada na tabela 2.

Em junho do corrente ano, foram realizadas 443 entrevistas junto aos moradores de rua que vivem nos logradouros da cidade, permitindo uma análise específica desse segmento social.

O esquema amostral associa uma margem de erro inferior a 4% na estimativa de uma proporção para 90% das amostras sorteadas com esse tamanho amostral.

TABELA 2**ESTRATIFICAÇÃO DOS DISTRITOS**

ESTRATO	DISTRITOS	Nº DE MORADORES ENCONTRADOS NO CENSO
1	Sé	715
2	República	663
3	Santa Cecília	428
4	Consolação e Perdizes	209
5	Bela Vista e Liberdade	218
6	Bom Retiro e Pari	207
7	Jardim Paulista e Vila Mariana	231
8	Barra Funda, Vila Leopoldina e Lapa	235
9	Campo Belo e Santo Amaro	176
10	Itaim Bibi e Pinheiros	195
11	Cambuci, Ipiranga e Mooca	179
12	Brás	166
13	Belém, Tatuapé e Penha	196
14	Santana	105
TOTAL		3923

3. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS MORADORES DE RUA DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados integrais da caracterização socioeconômica dos moradores de rua da cidade de São Paulo encontram-se no Relatório Técnico entregue pela FIPE à SAS, acompanhados da apresentação de todos os procedimentos metodológicos adotados. Os dados que se seguem foram selecionados pelo critério de relevância para a descrição da população pesquisada e abrangem parcialmente os cinco grandes itens do levantamento de campo. Os resultados são apresentados, separadamente, para os moradores de rua encontrados nos logradouros da cidade e para os albergados, permitindo uma melhor visualização de eventuais diferenças.

3.1. MORADORES QUE PERNOITAM NOS LOGRADOUROS DA CIDADE

3.1.1. Caracterização da população

- **Idade**

Os moradores de rua identificados nos logradouros da cidade são, em sua maioria, do sexo masculino (84,8%), não brancos (61,7%) e com idade média de 40 anos.

O corte da população para moradores adultos, 18 anos, estabeleceu a idade mínima para integrar a amostra, embora não tenha estabelecido limites para a idade máxima. Assim, foram encontrados moradores com 62, 70, 71 anos e, o mais velho de todos, com 74 anos, sendo que os moradores com mais de 60 anos correspondem a 4,9% da população. A maioria da população (61,9%) concentra-se no intervalo de 26 a 45 anos. As tabelas 1 e 2 apresentam estes dados.

TABELA 1

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

IDADE

IDADE	%
18 a 25	9,3
26 a 35	29,2
36 a 45	32,7
46 a 55	19,3
56 a 60	4,6
61 ou mais	4,9
TOTAL	100

TABELA 2

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

IDADE

ESTATÍSTICA	VALOR (meses)
Média	39,9
Mediana	39
Mínimo	18
Máximo	74
Primeiro quartil	32
Terceiro quartil	47
N	431

- **Cor**

A participação dos não brancos na população moradora de rua, 61,7%, é superior à sua presença na população do município. Segundo o último levantamento censitário do IBGE realizado em 1991, a porcentagem de não brancos no município paulistano era de 29,7%, significativamente inferior ao percentual que pernoita nos logradouros da cidade.

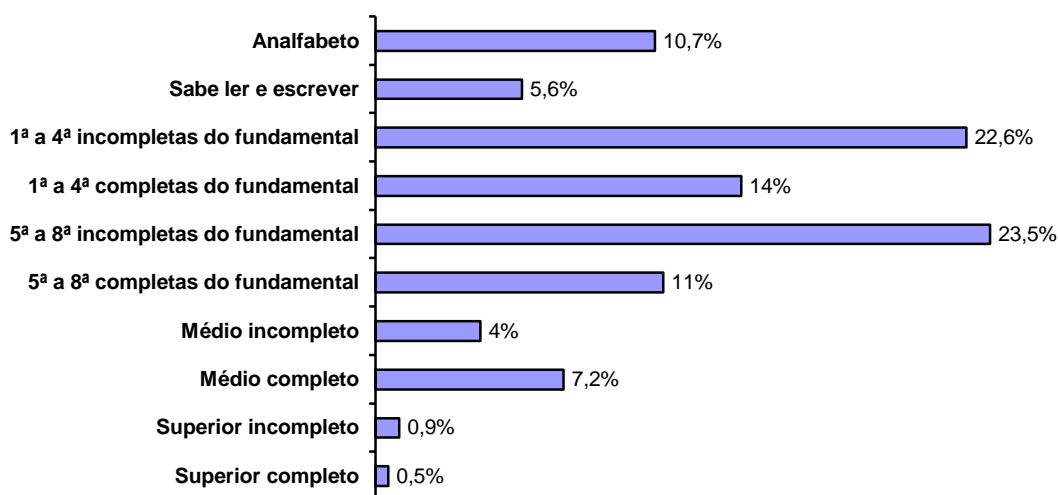
- **Escolaridade**

A porcentagem de analfabetos é de 10,7% e, se somada ao conjunto daqueles que apenas sabem ler e escrever, obtém-se o elevado percentual de 16,3% de moradores com escolaridade formal nula ou quase nula. O primeiro grau, ou seja, o ensino fundamental de primeira à oitava série, não foi completado por 60,1% dos entrevistados, mas foi finalizado por 11,0% deles. Quanto ao nível médio, 7,2% o completaram e apenas 4,0% deixaram de concluí-lo. Foram encontrados moradores com formação superior (1,4%) sendo que alguns deles não completaram o curso (0,9%). O gráfico 3.1A descreve esses resultados.

GRÁFICO 3.1A

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

ESCOLARIDADE



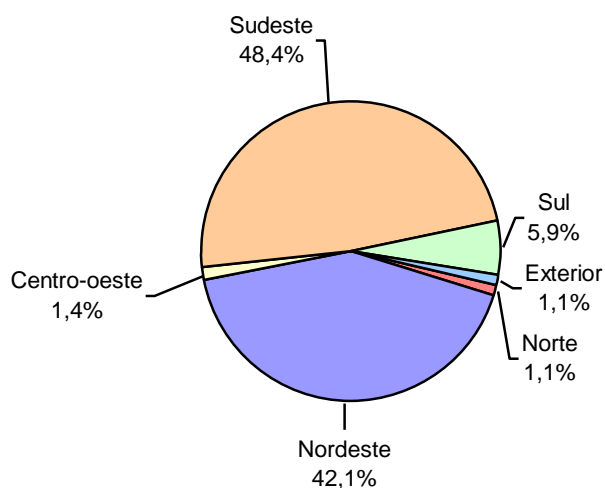
- **Estado de origem**

O Sudeste é a região de origem do maior contingente de moradores de rua que pernoitam nos logradouros da cidade: 48,4%, seguida da região Nordeste, com 42,1%. As demais regiões do país pouco contribuem para o total, com percentual levemente maior para a região Sul, conforme dados do gráfico 3.1B.

GRÁFICO 3.1B

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

REGIÃO DE ORIGEM

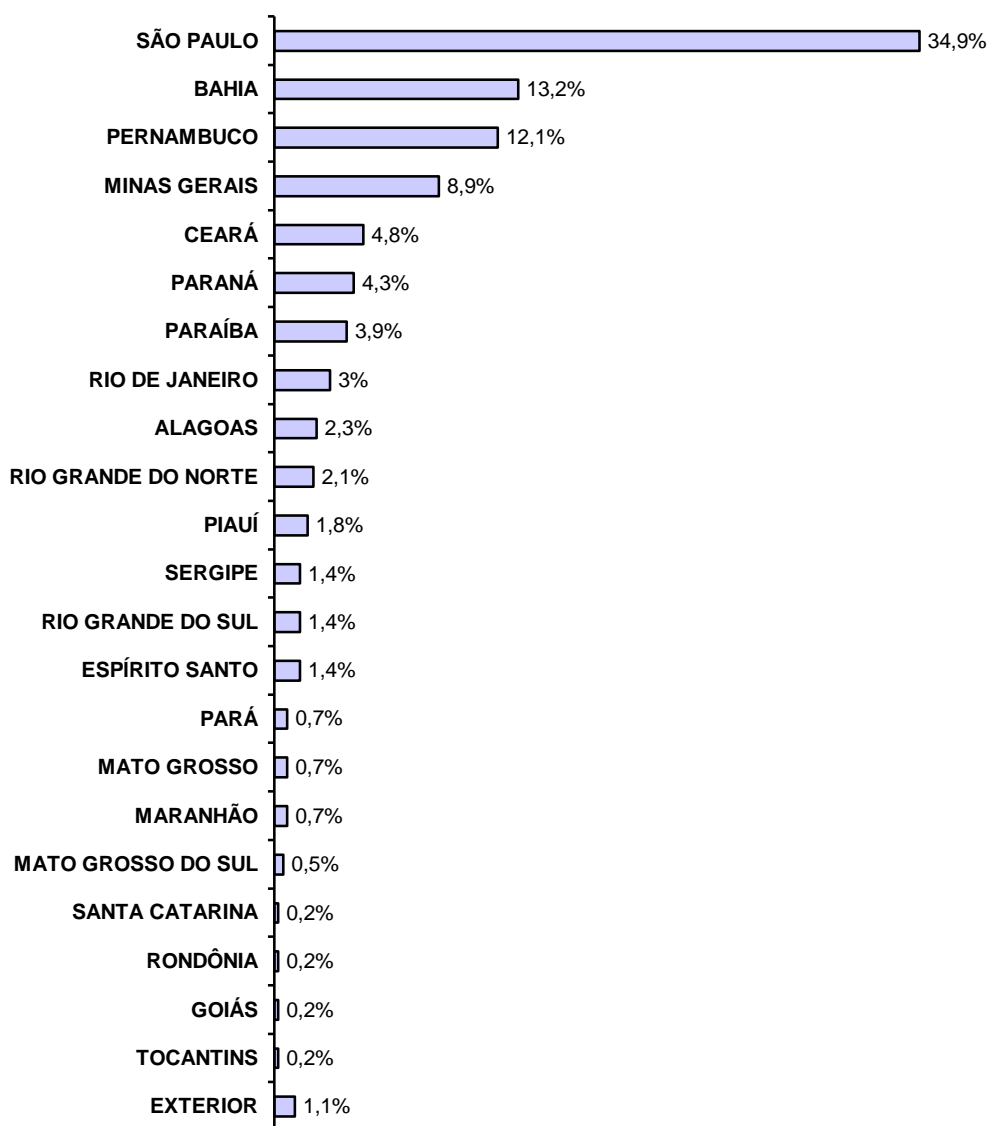


Desagregando-se as regiões por estados, os que apresentam maiores percentuais como local de nascimento são: São Paulo (34,9%), Bahia (13,2%), Pernambuco (12,1%) e Minas Gerais (8,9%). Em relação ao estado paulista, 19,2% nasceram na capital e os demais 15,7% são naturais de cidades do interior. Analisando-se os estados isoladamente, São Paulo contribui com o maior percentual de moradores de rua da cidade. O gráfico 3.1C mostra esses dados.

GRÁFICO 3.1C

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

ESTADO DE ORIGEM



Os migrantes representam cerca de 80% da população de rua que pernoita nos logradouros da cidade. Vindos do interior do estado paulista, de outras regiões do país, da área rural ou urbana, integram o contingente de pessoas que aqui chegaram em busca de melhores condições de vida.

- **Documentos**

O percentual de moradores que não possuem qualquer tipo de documento é elevado: 46,8%, conforme gráficos os 3.1D e 3.1E.

GRÁFICO 3.1D

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

POSSE DE DOCUMENTO

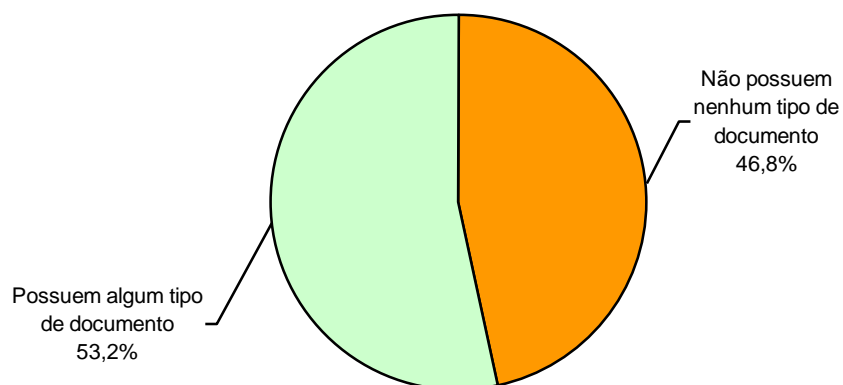
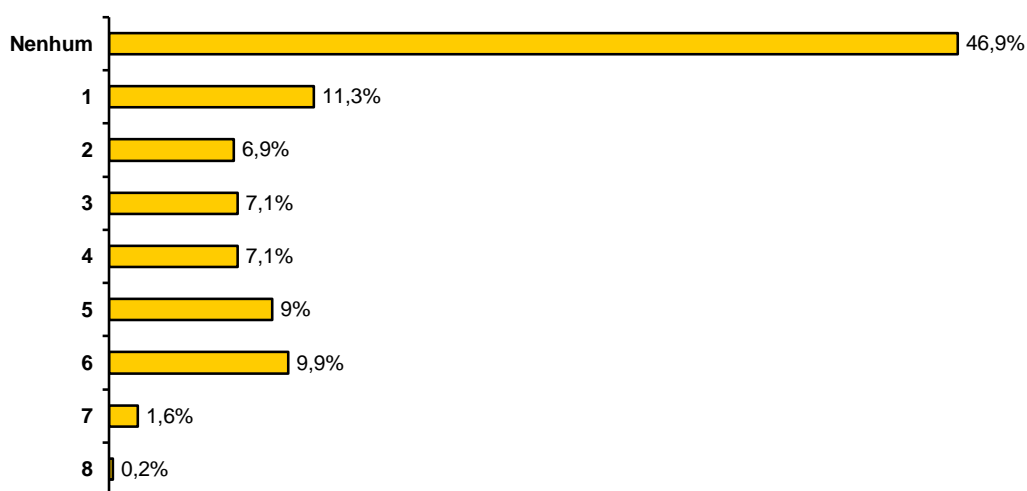


GRÁFICO 3.1E

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

NÚMERO DE DOCUMENTOS QUE POSSUEM



Do total de moradores, 45,5% afirmaram ter carteira de identidade, 35,7% declararam ter carteira de trabalho e 28,8% são possuidores de título de eleitor; 27,9% dispõem de CPF e 21,4% ainda conservam sua certidão de nascimento.

3.1.2 Duas condições da vida nas ruas: com quem moram e tempo de permanência

- **Com quem moram**

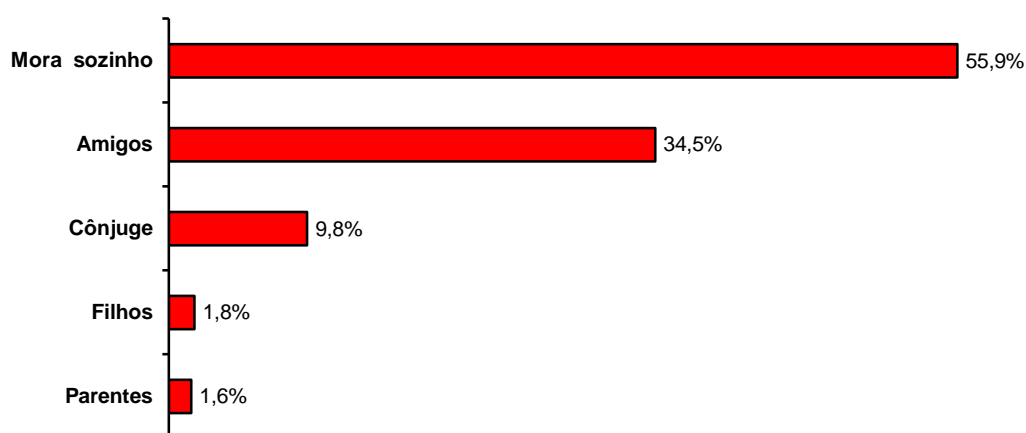
A maioria dos moradores que pernoitam nos logradouros (55,9%) declarou que vive só. Um percentual bastante expressivo (34,5%) corresponde àqueles que afirmaram morar na rua com amigos, significativamente superior à presença de cônjuges (9,8%). Alguns mencionaram estar na companhia de parentes, sem especificar os laços de parentesco. O gráfico 3.1F demonstra esses dados.

GRÁFICO 3.1F

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

COM QUEM MORAM NA RUA

(Respostas Múltiplas)



- **Tempo de permanência na rua**

A informação quanto ao tempo em que cada um dos moradores se encontra na rua é, sabidamente, difícil de se obter. Há um consenso entre estudiosos do assunto e técnicos das instituições que trabalham com os moradores de rua de que a noção de tempo cronológico é imprecisa entre eles. Apesar dessa dificuldade, o tempo de permanência na rua é um dado importante para a compreensão das diferenças encontradas entre os moradores e as possibilidades de atuação junto a eles.

A estimativa do "tempo de permanência de rua" deve incluir, em um mesmo conjunto, o morador de rua "crônico", associado a uma longa permanência na rua e aqueles que, recém-chegados à rua, mantêm ainda possibilidade de retorno. Entre os dois extremos, encontram-se, também incluídos na estimativa, moradores cujo tempo de permanência descreve um *continuum*, com percepções diferenciadas do tempo.

Para obter a estimativa do tempo na rua julgou-se necessário, portanto, associar o momento inicial do processo que os levou à rua a um evento marcante, sem referência inicial ao tempo cronológico. Esse fato marcante deveria atuar como âncora, permitindo, a partir daí, rememorar a seqüência e data dos acontecimentos. O evento escolhido foi a perda da última casa que teve como moradia. Entendeu-se, portanto, que a perda da moradia simboliza um importante ponto de ruptura, ponto de acumulação do conjunto de dificuldades e privações por que passaram.

O conjunto de questões referentes à última moradia permitiu traçar um quadro do momento de passagem à rua, cautelosamente entendido como uma descrição adequada, porém aproximada, de um processo posto em curso muito antes deste ponto de ruptura.

Os resultados referentes ao tempo em que se encontram na rua são apresentados nas tabelas 3 e tabela 4.

TABELA 3.2

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGADOUROS

TEMPO DE RUA

TEMPO DE RUA	%
Até 1 mês	5,3
1 a 6 meses	13,0
6 a 12 meses	15,5
1 a 2 anos	13,0
2 a 5 anos	21,4
5 a 12 anos	19,5
Mais de 12 anos	12,3
TOTAL	100

TABELA 4

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

TEMPO DE RUA

Estatística	Valor (meses)
Média	64,8
Mediana	36
Mínimo	1
Máximo	720
Primeiro Quartil	12
Terceiro quartil	96
N	400

3.1.3 Trabalho e renda

As questões referentes à renda monetária dos moradores de rua foram medidas por um conjunto de variáveis que tinham como objetivo conhecer as atividades e qualificações dessa população para a formulação de políticas destinadas a recolocá-los no mercado de trabalho. Os dados apresentam uma estimativa de renda semanal auferida e devem ser interpretados com cautela, dada a volatilidade dos rendimentos, a natural dificuldade que os entrevistados têm em avaliar o montante auferido e os eventuais vieses nas respostas.

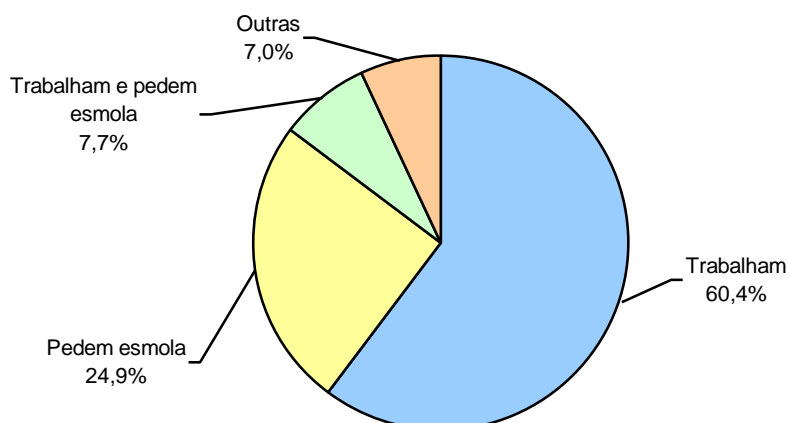
- **As fontes de renda monetária**

Há uma alta participação do trabalho como fonte monetária: 60,4% dos moradores de rua encontrados nos logradouros afirmaram que esta é a fonte exclusiva de seus rendimentos. Pedem esmola 24,9% desta população e 7,7% declararam que utilizam simultaneamente as duas fontes, esmolas e trabalho. Há também um pequeno percentual de outras fontes, 7,0%, incluindo-se aí o recebimento de pensões, aposentadorias e ajuda de parentes, como se observa no gráfico 3.1G.

GRÁFICO 3.1G

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

FONTE DE RENDA MONETÁRIA



- **As atividades que exercem**

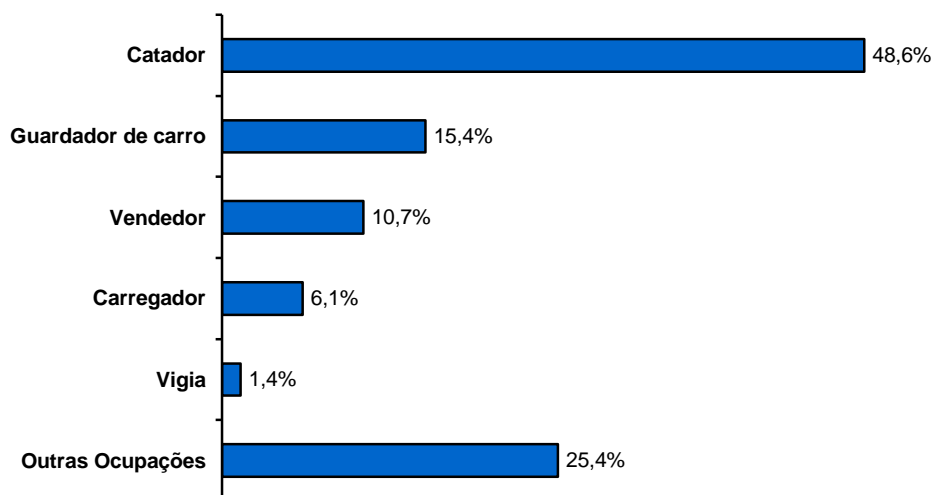
Que atividades exercem? O recolhimento de papel, papelão, latinhas e ferro velho são feito por 48,6% do total de moradores; 15,4% guardam carros e 10,6% vendem mercadorias diversas como, frutas, fichas, doces, entre outros, cujos dados podem ser vistos no gráfico 3.1H.

GRÁFICO 3.1H

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

OCUPAÇÃO ATUAL

(Respostas Múltiplas)



As demais ocupações não têm a mesma participação que as acima mencionadas: carga e descarga de caminhão (6,1%), faxineiro (1,4%), vigia (1,4%), pedreiro (1,1%) e varredor de rua (1,1%).

As ocupações mencionadas são exercidas, na quase totalidade, sem vínculos formais de trabalho. Assim, 94,2% das atividades podem ser agrupadas como “bico”, embora sejam exercidas regularmente, ou seja, várias vezes por semana.

As informações quanto à frequência com que exercem as atividades mencionadas revelam que a semana de trabalho para 57,1% dos que pernoitam nos logradouros, se estende de segunda a domingo. O percentual é surpreendentemente alto e sua interpretação merece a mesma cautela com que se analisam as informações sobre a renda.

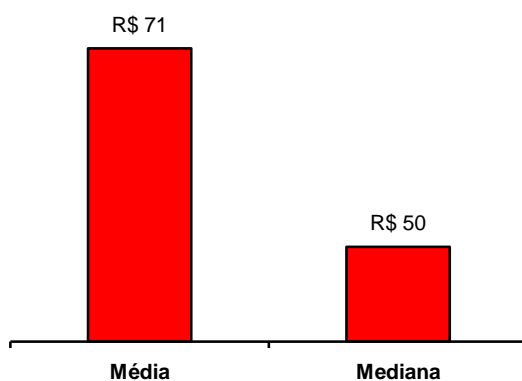
- **Renda monetária esperada**

Ao conjunto de atividades descrito está associada uma perspectiva de ganho semanal médio de R\$71,00 com mediana de R\$50,00, podendo ser visualizado no gráfico 3.11.

GRÁFICO 3.11

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS

RENDA MONETÁRIA SEMANAL DO TRABALHO



O cálculo de uma renda mensal esperada, transformado em salários mínimos é de 1,8 salários mínimos. O valor encontrado, reitera-se, deve ser interpretado com a cautela que a natureza da informação exige.

3.1.4 A solução das necessidades cotidianas

As informações sobre a rotina diária dos moradores de rua encontrados nos logradouros da cidade, como alimentação, higiene pessoal, segurança, saúde, também podem possibilitar a formulação de novas formas de atendimento e ainda contribuem para avaliar a extensão da proteção dada pelo poder público às mais elementares necessidades dessa população.

- **Banho**

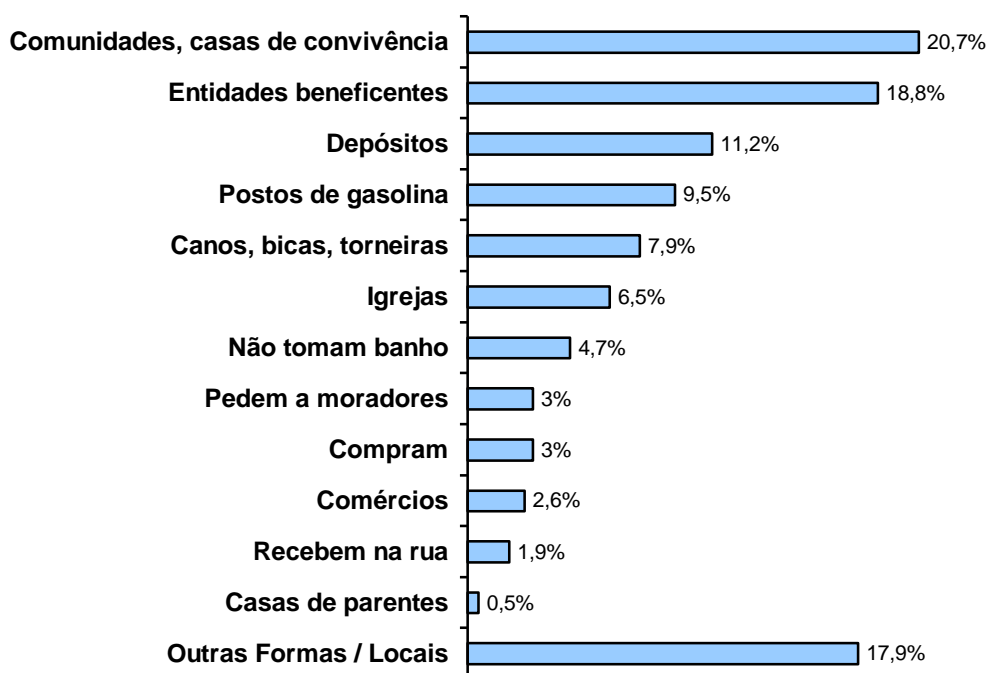
No que diz respeito à higiene pessoal (banho), 20,7% dos moradores declararam fazê-la nas comunidades ou casas de convivência; 18,8% procuram as entidades beneficentes; 11,2% tomam seu banho nos depósitos de ferro velho ou papelão; 9,5% procuram postos de gasolina para este fim; 7,9% recorrem a canos d'água, bicas, torneiras públicas e chafariz; 6,5% se utilizam dos banheiros de algumas igrejas; 4,7% não tomam banho e há ainda alguns casos que declararam que pagam pelo banho, pedem à vizinhança ou se utilizam de estabelecimentos comerciais, entre outros. Há, ainda, 17,9% de moradores que fazem sua higiene em outros locais não identificados, conforme gráfico 3.1J.

GRÁFICO 3.1J

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS NOS LOGRADOUROS

LOCAIS / FORMAS QUE OBTÊM ÁGUA PARA TOMAR BANHO

(Respostas Múltiplas)



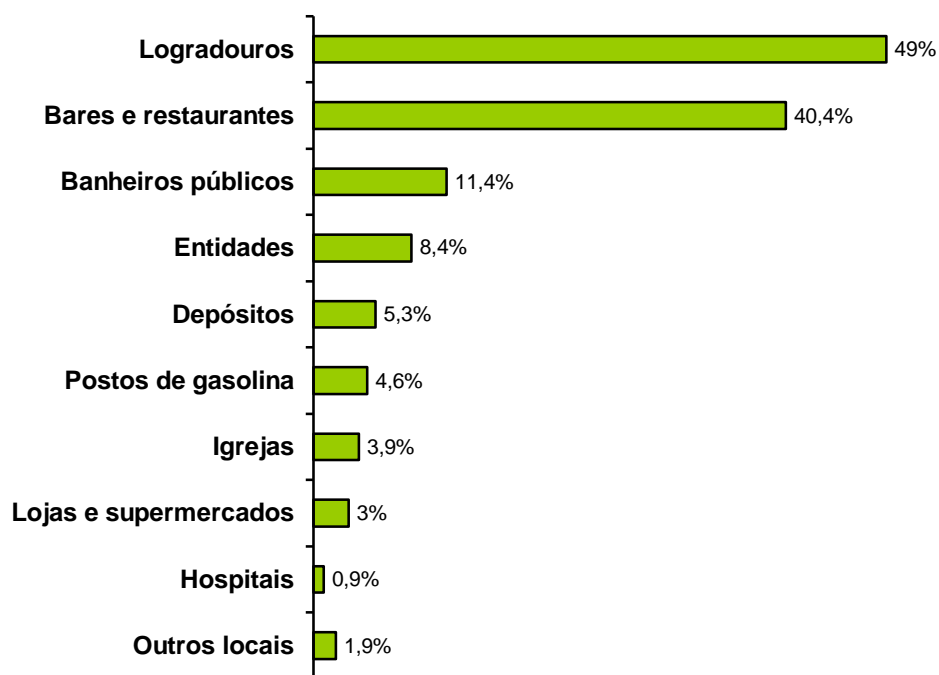
- **Necessidades fisiológicas**

Quanto às suas necessidades fisiológicas, quase metade da população entrevistada (49,0%) utiliza os próprios logradouros públicos, através de diversas estratégias; 40,4% se dirigem a bares e restaurantes; 11,4% procuram os banheiros públicos (Rodoviárias, Ceasa, Mercados Municipais e outros); 8,4% procuram as entidades; 5,3% as fazem em depósitos de ferro velho ou papelão e 3,9% recorrem às igrejas. Há ainda os que procuram lojas e supermercados, postos de gasolina, entre outros, como demonstra o gráfico 3.1K.

GRÁFICO 3.1K

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS NOS LOGRADOUROS LOCAIS ONDE REALIZAM SUAS NECESSIDADES FISIOLÓGICAS

(Respostas Múltiplas)



- **Alimentação**

Em relação às formas de alimentação, 46,9% informaram receber comida na rua; 41,2% compram seus alimentos; 28% pedem alimentos, 16,6% procuram as “bocas de rango”; 14,6% buscam em entidades beneficentes; 9,3% se alimentam nas casas de convivência ou albergues; 4,8% em bares, restaurantes, lojas e 4,3% em outros locais não identificados.

- **Saúde**

As estratégias que os moradores de rua encontram para sanar seus problemas de saúde foram obtidas identificando-as a partir da última doença declarada; entendeu-se que este procedimento aumentaria a possibilidade de recuperar os passos seguintes.

Parte expressiva dos pesquisados, 31,9%, declarou nunca ter tido nenhum problema de saúde. Para os que apontaram já ter tido alguma doença, a estratégia utilizada por 59,4% deles foi pronto-socorro e hospitais públicos; 23,7% nada fizeram e foram socorridos por terceiros; 6,7% procuraram ajuda em outros locais não declarados; 5,7% buscaram atendimento em postos de saúde; 5,3% não fizeram nada e o problema desapareceu. Há ainda alguns casos em que se dirigiram às entidades sociais e igrejas para serem atendidos.

Para conseguirem remédio, 58,4% dos pesquisados procuraram pronto-socorros, hospitais públicos e postos de saúde; 13,3% compraram o remédio que necessitavam; 9,8% não precisaram de medicamento; 6,6% não obtiveram remédio para sua doença; 7,0% o adquiriram em outros locais que não identificaram; 5,1% buscaram em entidades sociais e 3,8% em igrejas/centros espíritas.

- **Violência**

Em relação à violência, o que se constatou, primeiramente, foi que 39,8% dos moradores de rua que pernoitam nos logradouros da cidade nunca sofreram nenhum

tipo de violência. Por outro lado, 30,6% declararam ter sofrido agressões dos próprios moradores de rua, 22,8% de transeuntes e 13,3% de policiais. Outros percentuais mais reduzidos se referem à declaração de violências feitas por comerciantes, funcionários da Prefeitura e outros agentes não identificados.

O tipo de violência enfrentado por 52,5% dos entrevistados foi espancamento, briga e luta corporal; 29,7% deles já receberam facada, tiro, paulada; 26,2% apontaram o roubo/furto como o tipo de agressão que sofreram; para 22,4% a agressão foi verbal e, ainda, com percentuais menos expressivos, encontram-se moradores que sofreram agressão sexual, 3,0%, e queimaduras, 2,7%.

3.1.5 Avaliação dos serviços

O levantamento de campo procurou obter a avaliação, pelos entrevistados, do atendimento dos albergues – estaduais, municipais e privados – procurando identificar os aspectos positivos e negativos desse serviço. Obteve-se, também, uma estimativa do grau de conhecimento e utilização das Casas de Convivência e do Serviço Social da Prefeitura, este último denominado informalmente de “plantão”.

- **Albergues**

Grande parte dos moradores de rua parece ter claro conhecimento dos serviços oferecidos pelos albergues e sabem que em função de normas e regras não estão disponíveis para todos os que os procuram.

Muitos entrevistados, 42,1 %, nunca procuraram albergue e mencionaram várias razões como justificativa. Uma das maiores restrições, apontadas por 17,5% deles, se refere ao horário estipulado, tanto de entrada como principalmente o de saída. Para alguns, o horário de entrada se superpõe ao de trabalho.

Outras avaliações negativas indicadas pelos entrevistados que nunca procuraram albergue para se alojar se referem à presença de disciplina (por demais rigorosa) - apontada por 14,0% deles - o tratamento (inadequado) dispensado pelos funcionários - indicado por 7,0% e 13,2% não especificaram o motivo.

Apontam, ainda, como questões restritivas ao uso do albergue, o relacionamento entre os albergados - indicado por 12,2% dos entrevistados - a

existência de roubo por 9,6%, a organização interna foi citada por 8,7% deles, o tempo limitado de permanência permitido, por 10,5%, a falta de higiene dos albergados, avaliada por 7,0%. A exigência de documentos para entrar foi apontada por 7,9% dos pesquisados e a lotação dos quartos por 7,0%.

Outros pontos foram apresentados, correspondendo a percentuais menos expressivos, mas que contribuem para a imagem negativa atribuída aos albergues: violência por parte dos albergados; presença de piolhos, muquirana, chato; número reduzido de vagas, restrição ao uso de bebida e de cigarros; falta de segurança (confusão) na fila de entrada; deficiência dos serviços prestados pelo albergue (falta de encaminhamento para tratamento de saúde, para postos de emprego, para obtenção de documentos, para vagas em creche, etc).

Para os 57,2% de moradores de rua entrevistados, que já dormiram alguma vez em albergue, a avaliação feita é muito semelhante à dos que nunca o procuraram, embora haja, entre eles, os que apontam itens positivos.

As maiores reclamações são quanto ao tratamento dispensado pelos funcionários: 18,3% deles dizem sofrer humilhações e agressões de toda ordem; o horário (de entrada e saída) é outro item citado por 20,1% deles, cujos motivos são idênticos aos já indicados entre os “nunca albergados”; a disciplina interna é apontada por 12,2%, que não gostam de desprover-se de seus objetos pessoais na hora da entrada, de banhar-se de forma coletiva, de participar da limpeza por estarem cansados, de deitar e dormir ao lado de estranhos, de serem vigiados a noite toda, entre outros. É relevante, ainda, o percentual de entrevistados, 11,%, que apontam a existência de roubos dentro do albergue, assim como 10,4% que não gostam da comida e do café da manhã e 9,1% deles vêm dificuldade no relacionamento com os albergados, 7,9% reclamam da lotação dos quartos, 7,3% apontam o tempo limitado de permanência permitido nos albergues e 6,7% fazem avaliação negativa sem especificar o motivo.

Por outro lado, há também avaliações positivas entre os que já dormiram em albergue: 39,6% gostam, embora não especifiquem os motivos; 34,0% apreciam a comida e o café da manhã (alegam que as refeições são boas e em quantidade suficiente, além de gratuitas); 22,9% apontam o banho/banheiro como muito bom. Para 18,8% dos entrevistados, a cama, ou seja, a dormida no albergue é boa; 14,6% referem-se ao bom tratamento dispensado pelos funcionários; roupa de cama limpa, colchão e cobertor são

também demonstrados, positivamente, por 9,0% deles; 5,6% referem-se à boa organização e 3,5% deles consideram que há tranquilidade. Também 3,5% indicam que existe higiene nas dependências do albergue e, na mesma representação percentual, há os que são favoráveis aos serviços prestados pelo albergue (assistência social, ambulatório médico, entre outros).

- **Casas de Convivência e Serviço Social da Prefeitura**

O levantamento contemplou também as Casas de Convivência, procurando estimar o percentual de moradores de rua que pernoitam nos logradouros que as conhecem. As Casas de Convivência são, como se sabe, instituições de cunho assistencial que se relacionam com o poder público através de parceria. Visam não só o atendimento das necessidades de alimentação, higiene pessoal (banho, corte de cabelos, barba), lavagem de roupa, mas também propiciar espaço de convivência, de socialização e mesmo de profissionalização, através de cursos que são oferecidos por várias delas. Consideram que a simples prestação de serviços básicos não é suficiente frente ao conjunto de dificuldades que esta população enfrenta. Seu atendimento é diário e, na maioria delas, não há pernoite.

Ao se verificar junto à população de rua, o quanto ela conhece e se utiliza dos serviços das Casas de Convivência, constata-se que 55,6% têm conhecimento delas e 44,4% nunca ouviram falar deste tipo de atendimento.

Estas Casas de Convivência são bem aceitas pelos moradores de rua, pois 65,2% dos entrevistados que as conhecem, freqüentam e expressam boas referências sobre elas. Por outro lado, 34,8% dos que delas têm conhecimento, não as procuram. Quanto ao Serviço Social da Prefeitura (plantão) 79,4% dos moradores de rua entrevistados não conhecem e nem sabem onde encontrá-lo. Apenas 20,6% já ouviram falar deste serviço, sendo que, destes, 54,3% já o procuraram.

3.2 MORADORES DE RUA ALBERGADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

3.2.1 Caracterização da população

Os questionários utilizados nas entrevistas com albergados e moradores dos logradouros contemplaram as mesmas questões, diferenciando-se apenas quanto a perguntas que não se aplicavam a uma das duas populações. No item das necessidades básicas, por exemplo, não foram pesquisadas nos albergues as soluções encontradas para a obtenção de alimentos e higiene pessoal, tendo em vista que, parcialmente, os entrevistados as obtêm nessas instituições. Assim, a apresentação dos resultados obtidos junto aos albergados refere-se, no presente documento, ao mesmo conjunto de indicadores para os moradores de rua encontrados nos logradouros da cidade.

Os dados revelam que os albergados apresentam um conjunto de características sócio-econômicas semelhantes às da população encontrada nos logradouros da cidade. A média da variável “tempo de rua”, entretanto, é estatisticamente diferente para as duas populações.

- **Idade e cor**

Os moradores de rua albergados na cidade de São Paulo são, na sua grande maioria, do sexo masculino (85,6%) e aproximadamente metade da população é não branca (51,3%).

A maioria da população encontra-se na faixa de 26 a 45 anos, sendo a idade média de 40,3 anos. Estes dados podem ser visualizados nas tabelas 1 e 2.

TABELA 1

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

IDADE

IDADE	%
18 a 25	15,1
26 a 35	19,3
36 a 45	30,3
46 a 55	24,4
56 a 60	10,9
56 a 60	10,9
TOTAL	100

TABELA 2

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

MÉDIA E QUARTIS DE IDADE

ESTATÍSTICA	IDADE
Média	40,3
Mediana	41
Mínimo	18
Máximo	76
Primeiro quartil	29
Terceiro quartil	49
N	119

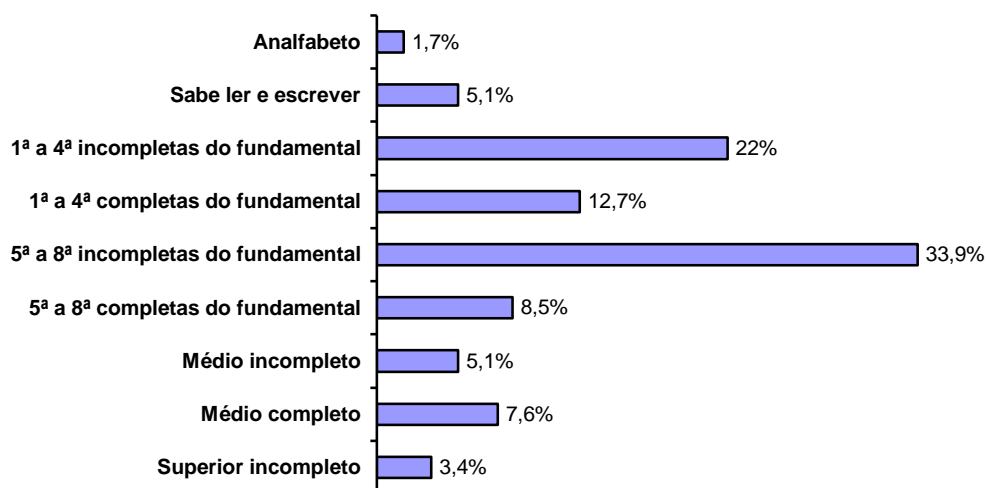
- **Escolaridade**

A percentagem de analfabetos é bastante reduzida: 1,7% e, somada ao percentual dos que apenas sabem ler e escrever, totaliza 6,8% de moradores com escolaridade formal nula ou quase nula. O primeiro grau, da primeira à oitava série, não foi completado por 55,9% dos entrevistados, mas foi finalizado por 21,2% deles. Quanto ao nível médio, 7,6% o completaram e apenas 5,1% não terminaram o curso. Foram encontrados moradores com formação superior: 3,4%, todos sem terem chegado ao término da faculdade escolhida. Estes dados podem ser visualizados no gráfico 3.2A.

GRÁFICO 3.2A

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

ESCOLARIDADE



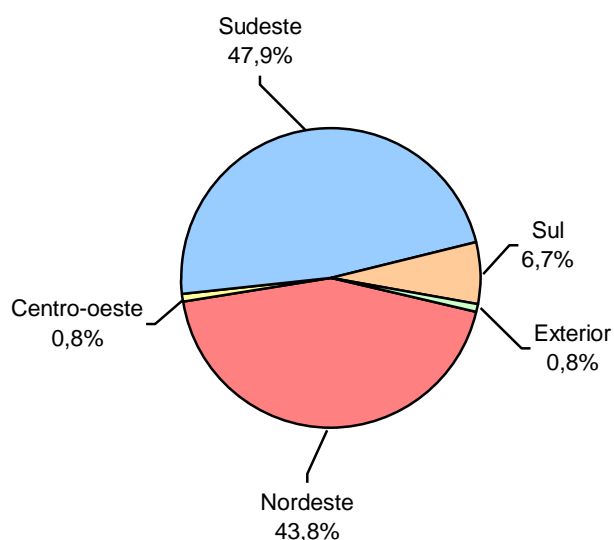
- **Estado de origem**

Foram identificados poucos moradores nascidos nas regiões Sul e Centro-Oeste, 6,7% e 0,8% respectivamente. Nenhum morador declarou ter nascido em estado da região Norte; as regiões Nordeste e Sudeste concentram a grande maioria dos albergados, conforme dados do gráfico 3.2. B

GRÁFICO 3.2B

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

REGIÃO DE ORIGEM

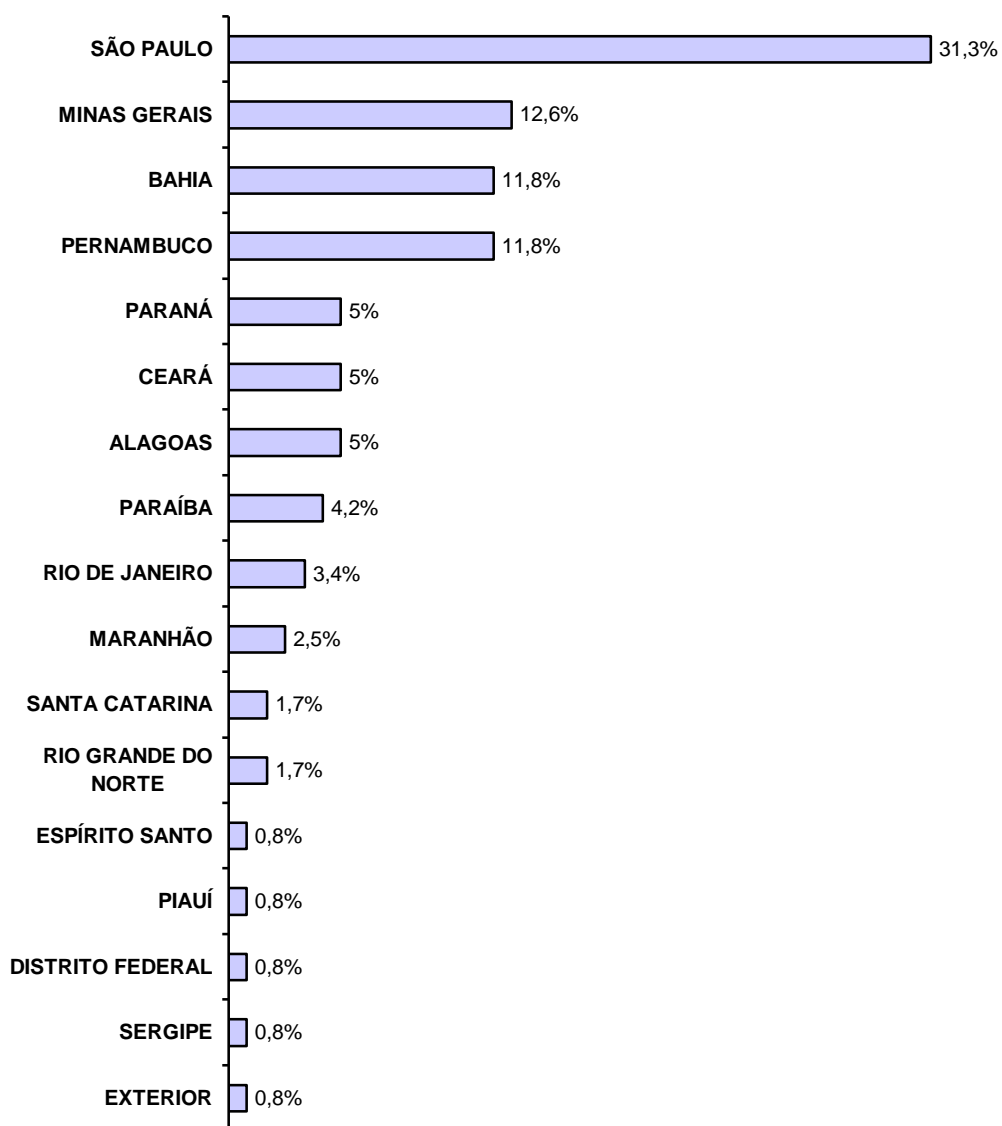


Desagregando-se as regiões por estado, os que apresentam maiores percentuais como local de nascimento são: São Paulo (31,1%), Minas Gerais (12,6%), Bahia e Pernambuco (ambos com 11,8%). Em relação ao estado paulista, 14,3% nasceram na capital e 16,8% nas cidades do interior, como demonstra o gráfico 3.2C.

GRÁFICO 3.2C

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

ESTADO DE ORIGEM



- **Documentos**

O percentual de moradores que não possuem nenhum tipo de documento, 5,9%, corresponde à menor frequência da distribuição dessa variável. A posse de carteira de identidade foi mencionada por 89,1% dos albergados e 82,4% afirmaram ter título de eleitor. Um elevado percentual, 81,5%, obteve e conserva seu CPF e 62,2% mencionaram a posse de certificado de reservista. Pouco mais da metade dos entrevistados possui certidão de nascimento (56,3%). Os gráficos 3.2D e 3.2E demonstram esses dados.

GRÁFICO 3.2D

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

POSSE DE DOCUMENTO

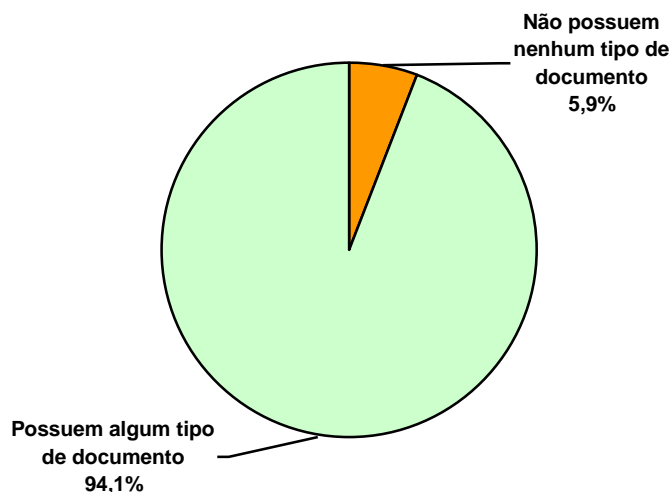
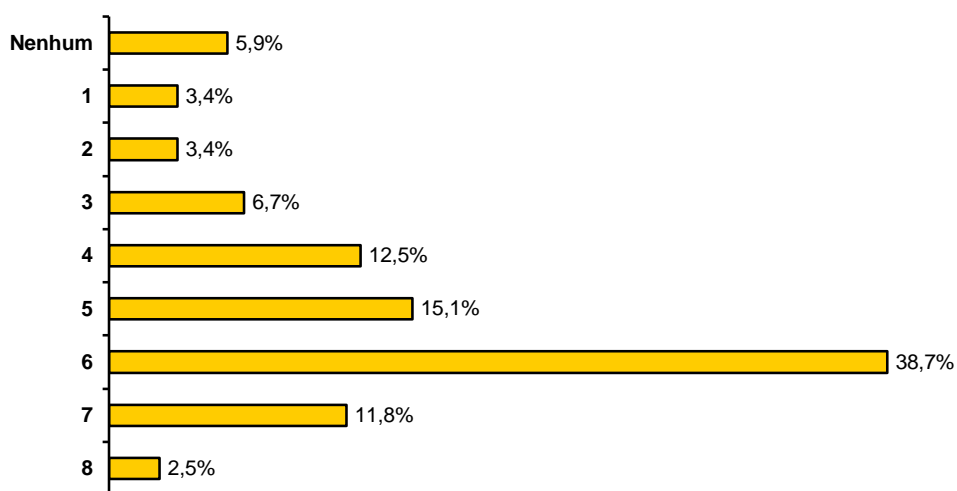


GRÁFICO 3.2E

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUE

NÚMERO DE DOCUMENTOS QUE POSSUEM



3.2.2 Duas condições da vida nas ruas: com quem e tempo de permanência

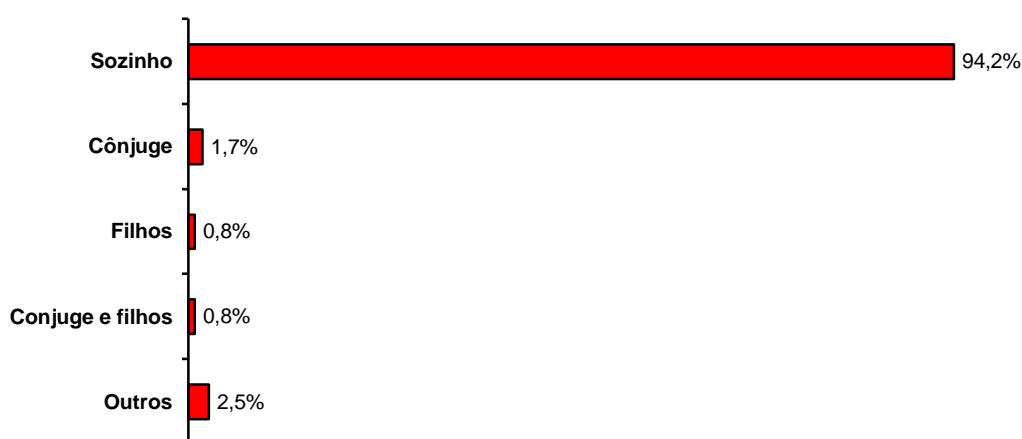
- **Com quem moram nos albergues**

Os moradores de rua albergados estão, em sua grande maioria, desacompanhados. Em decorrência das regras de funcionamento dos albergues ou por razões pessoais, 94,2% encontram-se sós. Apenas 3,3% contam com a presença de filhos e/ou cônjuge e um percentual ainda menor, 2,5, partilha a condição de albergado com parentes mais distantes ou amigos.

GRÁFICO 3.2F

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUE

COM QUEM MORAM NO ALBERGUE



- **Tempo de permanência na rua**

A estimativa do tempo de rua dos albergados foi realizada segundo os mesmos procedimentos dos moradores de rua encontrados nos logradouros. Ou seja, a perda da última moradia constituiu, também aqui, a referência para estimar o tempo de rua. O tempo médio em que se encontram na rua é de aproximadamente 3,5 anos. A tabela 3 apresenta a distribuição variável.

TABELA 3

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUES

TEMPO NA RUA

TEMPO	%
Até 1 mês	8.3
1 a 6 meses	21.3
6 a 12 meses	15.7
1 a 2 anos	19.4
2 a 5 anos	16.7
5 a 12 anos	13.0
Mais de 12 anos	5.6
Sem resposta	-
TOTAL	100

TABELA 4

ESTATÍSTICA	VALOR (meses)
Média	39.7
Mediana	24
Mínimo	1
Máximo	360
Primeiro quartil	5
Terceiro quartil	45
N	108

3.2.3 Trabalho e renda

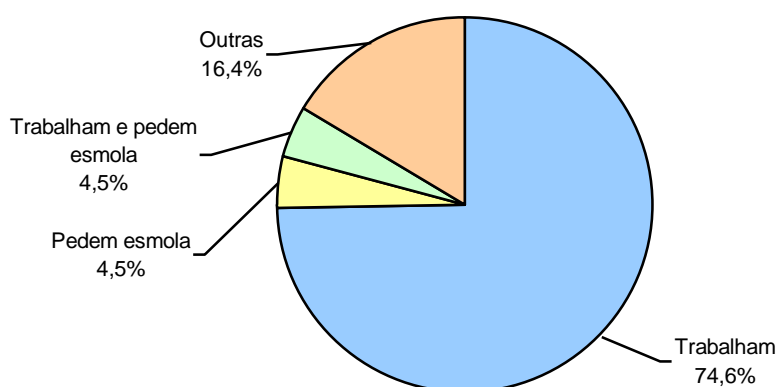
- **As fontes de renda monetária**

Quanto à renda e trabalho, os dados revelaram que há uma alta participação do trabalho como fonte de renda monetária: 74,6% dos moradores de rua albergados afirmaram que esta é a fonte exclusiva de seus rendimentos; pedem esmolas apenas 4,5% desta população e 4,5% declararam que se utilizam simultaneamente das duas fontes, esmolas e trabalho, conforme dados do gráfico 3.2G.

GRÁFICO 3.2G

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUE

FONTE DE RENDA MONETÁRIA



Há também um percentual de 16,4% de outras fontes, incluindo-se aí o recebimento de pensões, aposentadorias e ajuda de parentes.

- **As atividades que exercem**

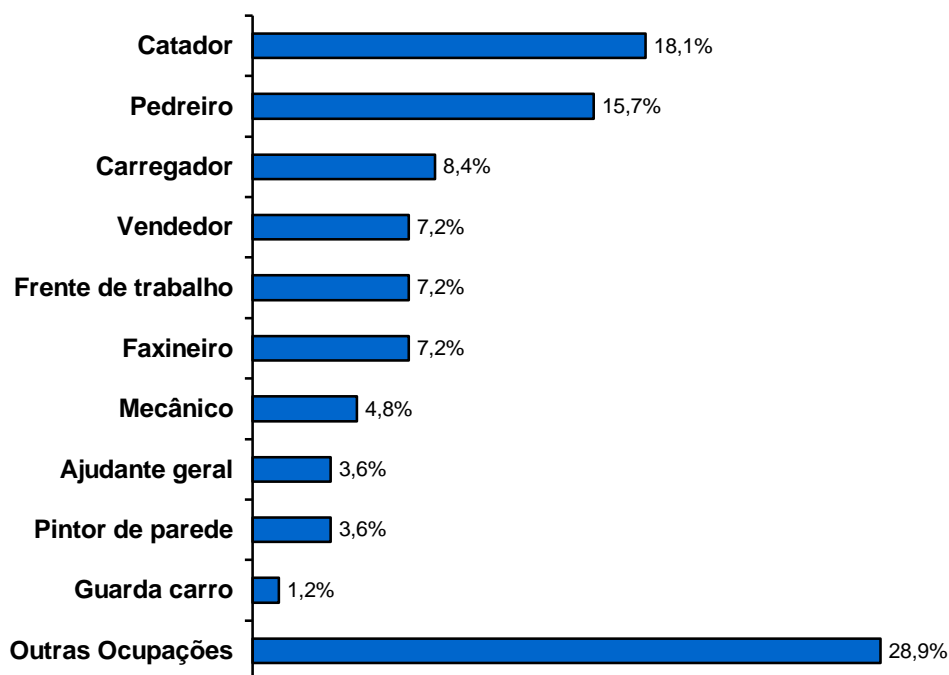
Quanto às atividades, a coleta de papel, latinha e ferro velho é a mais frequente entre as declaradas, participando com 18,1% do total de menções. Vêm a seguir a de pedreiro (15,7%), carregador (8,4%), de faxina e vendedor (ambas com 7,2%), de mecânico (4,8%), pintor de parede e ajudante geral (ambas com 3,6%) e guardador de carro (1,2%). Cabe mencionar a existência de um grupo de albergados participando das frentes de trabalho: 7,2% das respostas sobre atividade. Estes dados são observados no gráfico 3.2H.

GRÁFICO 3.2H

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUE

OCUPAÇÃO ATUAL

(Respostas Múltiplas)



As demais respostas compõem um leque variado de ocupações, encontrando-se entre elas: vigia, cabeleireiro, bicheiro, almoxarife, cozinheira, prostituta, protético, porteiro, entre outras.

Apesar da alta participação dos chamados “bicos”, é surpreendente a frequência com que foram mencionados vínculos formais de trabalho, pois 20% possuem carteira de trabalho assinada, seja trabalho permanente ou temporário e 21% são assalariados sem registro (em trabalho permanente ou temporário).

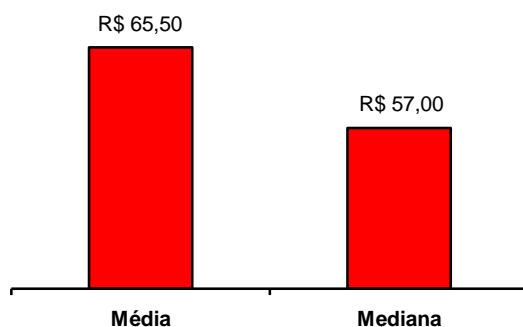
- **Renda monetária esperada**

Ao conjunto de atividades descrito está associada uma perspectiva de renda média semanal de R\$ 65,50, com mediana de R\$57,00, demonstrada no gráfico 3.2I.

GRÁFICO 3.2I

MORADORES DE RUA ENCONTRADOS EM ALBERGUE

RENDA MONETÁRIA SEMANAL DO TRABALHO



O cálculo da renda mensal transformado em salários mínimos resulta em 1,7 salários mínimos. O valor encontrado, reitera-se, deve ser interpretado com a cautela que a natureza da informação exige.

3.2.4 A solução das necessidades cotidianas

- **Saúde**

Para se conhecer as estratégias que os albergados utilizam para tratar da saúde, tomou-se como referência a última doença declarada, conforme levantamento efetuado com a população de rua encontrada nos logradouros da cidade.

Quanto aos resultados, o primeiro dado que chama atenção é que 29,5% dos albergados afirmaram nunca terem tido nenhum problema de saúde. Ao se conhecerem as estratégias utilizadas por aqueles que já tiveram alguma doença os dados revelam que 65,5% deles procuraram pronto-socorros e hospitais públicos; 13,8% nada fizeram e foram socorridos por terceiros; 10% buscaram atendimento nos postos de saúde; 7,5% também nada procuraram e problema desapareceu; 5% foram atendidos no albergue e os demais dirigiram-se a entidades sociais, casas de convivência e igrejas e outros locais que não identificaram.

Os locais procurados por 63,4% dos pesquisados para conseguirem remédio foram pronto-socorros, hospitais públicos e postos de saúde; 17,1% compraram o remédio que necessitavam; 9,8% buscaram em entidades sociais; 8,5% não precisaram de medicamento. Alguns indicaram outros locais, mas não identificaram e outros pediram a igrejas e centros espíritos; um terceiro grupo (3,7%) não obteve o remédio que necessitava.

- **Violência**

Quanto à violência, o que se constatou é que 87,4% dos albergados declararam nunca ter sofrido nenhum tipo de violência no albergue, 10,9% sofreram agressões de outros albergados e 2,5% de funcionários dessas instituições.

A violência sofrida por 66,7% dos entrevistados foi verbal e 20% disseram terem sido roubados nos albergues. O número de albergados que declarou ter sofrido agressão sexual é reduzido: apenas dois homens, em um total de 119 entrevistados.

3.2.5 Avaliação dos serviços

Ao se conhecer a avaliação que os albergados fazem dos serviços recebidos nos albergues, a comida e o café da manhã surgem como um das maiores restrições, indicadas por 22,6% dos entrevistados: as queixas são quanto à variedade e quantidade de alimentos servidos às refeições. O tratamento dispensado pelos funcionários é também visto como negativo para 22,6% dos albergados (dizem que são humilhados, repreendidos e vigiados todo o tempo de permanência no albergue). Outro ponto avaliado como negativo para 16,1% dos pesquisados é o horário estipulado, tanto de entrada como o de saída, pelas mesmas razões apresentadas no item 3 deste relatório; 12,9% reclamam da higiene das dependências dos albergues e o mesmo percentual de entrevistados é contra a rigidez da disciplina. E, ainda, 12,9% indicam a existência de roubo, o que impede a tranquilidade no albergue.

Outras questões foram apontadas, correspondendo a percentuais menos expressivos, mas que contribuem para a imagem negativa atribuída aos albergues: relacionamento com os albergados, lavagem de roupa, exigências de documentos para entrar no albergue, inadequadas condições de banho, banheiro e dormida, fila e falta de segurança na porta do albergue, falta e tipo de lazer existente, assim como de cursos profissionalizantes, entre outros aspectos.

Entre as avaliações positivas, indicadas por 54,7% dos entrevistados, está o tratamento dispensado pelos funcionários; 32,1% apreciam a comida e o café da manhã; 26,4% gostam de estar no albergue, embora não especifiquem os motivos; 12,3% consideram boa a organização dos albergues e 11,3% avaliaram de forma positiva a higiene das suas dependências; 8,5% gostam da tranquilidade que o albergamento oferece; 5,7% consideram positiva a disciplina imposta e 4,7% destacaram o banho/banheiro. Alguns entrevistados (4,7%) destacaram os serviços prestados pelo albergue (assistência social, cursos, encaminhamentos de saúde e outros).

É importante observar que as avaliações feitas, tanto de forma positiva como negativa, não se referem exclusivamente aos albergues sorteados na amostra. Isto porque, as menções positivas e negativas referiam-se, além dos albergues onde se encontravam, a todos aqueles pelos quais os entrevistados já haviam passado.

Ao se verificar, junto aos albergados, o quanto conhecem e utilizam as Casas de Convivência, 56,3% afirmaram conhecê, sendo que desses totais, 65,7% as freqüentam.

Quanto ao serviço social da Prefeitura (Plantão) 75,6% dos albergados não o conhecem. Apenas 24,4% ouviram falar deste serviço e, destes, 79,3% já o procuraram.